

# Ensino profissionalizante: Reformulação ou decadência?

- o exemplo londrinense -

GLADYS BARTOLOMEI FREGONEZE \*  
VERA APARECIDA DE O. COLAÇO \*\*

## I – INTRODUÇÃO

Durante o curso de especialização em Organização do Espaço – Bases para Planejamento Urbano e Regional, ministrado e orientado pelos professores da USP, no CESULON, em 1975, os participantes teriam que desenvolver um trabalho de pesquisa ligado aos problemas regionais.

O interesse dos autores do trabalho se situou na área educacional, seu campo de trabalho, onde o dia-a-dia suscitou a curiosidade em desenvolver um estudo específico dos cursos de 2º. grau de Londrina, Município Piloto de Implantação da Lei 5692 de 11 de agosto de 1971.

O interesse a respeito da situação dos cursos de 2º. grau emerge de indagações que existem à medida em que se ampliam as relações “escola – mestre – aluno – mercado de trabalho” e, com elas, as possibilidades de confronto entre a validade dos cursos profissionalizantes implantados, a sua colocação no mercado de trabalho dos alunos que se formam e a aprendizagem real dos alunos;

tentando-se oferecer “Uma “Contribuição ao Estudo da Situação dos Cursos Profissionalizantes em Londrina”.

Muito se tem falado sobre as dificuldades encontradas pelas pessoas empenhadas em melhorar a educação. E os envolvidos no processo educacional de hoje têm observado uma série de fracassos, quando aos alunos compete fazer a escolha de um curso profissionalizante.

Os professores colaboram muito pouco na orientação vocacional dos estudantes. Uns, porque não estão realmente habilitados para tarefa tão especializada; outros, porque só são solicitados para dirimir dúvidas sobre esta ou aquela profissão, não tendo oportunidade de realizar uma orientação bem estruturada.

Além disso, o técnico em Orientação Educacional, que poderia desenvolver um trabalho de conscientização profissional, não encontra, embora apoiado pela Legislação Federal, condições para um trabalho eficiente. As escolas públicas ou particulares raramente utilizam o orientador vocacional em toda sua plenitude, o que vem contribuir para frustrações futuras daqueles que escolhem profissões, as quais não se adaptam aos seus conhecimentos, capacidades e habilidades.

Pode-se, ainda, levar em consideração que a escolha dos cursos profissionalizantes, pelas escolas de 2º. Grau, não é efetuada mediante pesquisas operacionais de mercado de trabalho e/ou apti-

---

(\*) Professora do Departamento de Educação e Coordenadora de Cursos do CESULON

(\*\*) Professora do Departamento de Educação do CESULON.

dões dos alunos; e, quando efetuadas, não levam em consideração o trabalho de sondagem de aptidões realizado no 1º. grau, como propõe o Parecer 369/72, do Conselho Federal de Educação.

Existem falhas na metodologia utilizada pelos professores nos cursos profissionalizantes, pois a própria estrutura administrativa, tanto oficial como particular, não proporciona subsídios para a utilização dos meios didáticos e audio-visuais, para um ensino mais eficiente e duradouro.

O processo ensino-aprendizagem ainda se faz de uma forma tradicionalista, na qual o aluno é visto como receptor de informações, sem oportunidades de desenvolver a capacidade de análise e síntese, fatos estes aos quais psicólogos preocupados com a educação, como R. Gagné (1974), Bruner (1969), Piaget (1973), Rogers (1975) e Skinner (1972), têm dado ênfase, especialmente, nesta última década.

O trabalho foi realizado com a finalidade de se verificar a validade para alunos, até à data da coleta de dados, da formação profissional oferecida pelos cursos de 2º. grau, em Londrina, bem como se a metodologia utilizada pelos professores vem colaborando para a formação do técnico e/ou assistente, nas diferentes áreas profissionalizantes do 2º. grau.

## II – POPULAÇÃO

Levou-se em consideração o estudo da comunidade estudantil Londrinense, fazendo-se a coleta de dados em escolas de 2º. grau, da rede oficial e particular, junto a professores e alunos de 1ª. e 3ª. séries do 2º. grau.

Existem em Londrina 4 (quatro) estabelecimentos oficiais oferecendo 16 (dezesesseis) cursos profissionalizantes, diferenciados, por questões metodológicas, em três áreas do conhecimento humano, quais sejam: Ciências Físicas e Biológicas, Ciências Contábeis e Cálculos e Artes e Comunicação, com um total de 5.122 alunos e 8 (oito) estabelecimentos particulares, os quais oferecem 17 (dezessete) diferentes cursos profissionalizantes, também nas áreas citadas, com 3.688 alunos, perfazendo um total de 8.810 alunos.

Considerou-se um número bastante significativo para a nossa comunidade, 8.810 educandos, para uma população de 283.740 habitantes, (Estimativa de 1975: Secretaria de Planejamento da Presidência da República, IBGE), uma vez que se constituirão de técnicos de 2º. Grau a ser lançados no mercado de trabalho, como mão-de-obra qualificada, nas várias atividades da economia brasileira, principalmente, no setor terciário.

Com estas premissas, considerou-se que o trabalho poderá ser de interesse comunitário e sua extrapolação poderá interessar às esferas estaduais e federais, em termos de subsídios para futuros trabalhos de pesquisas na área da Educação.

O trabalho está estruturado em três grandes capítulos: no primeiro fez-se a apresentação de alguns quadros fundamentais do tema, colocando-se o problema, as hipóteses de trabalho e os objetivos. A descrição dos procedimentos metodológicos encontra-se no segundo capítulo. No terceiro apresentam-se os resultados da coleta de dados, análises e discussão dos dados obtidos. No quarto capítulo fez-se a apresentação da conclusão a que chegaram os autores. As referências bibliográficas encontram-se no final de cada capítulo, em ordem alfabética. A bibliografia geral está inserida no final.

Como o trabalho procura desenvolver aspectos referentes a problemáticas existentes no ensino profissionalizante do 2º. Grau, nos estabelecimentos particulares e oficiais de Londrina, achou-se por bem situar a cidade com algumas colocações.

Londrina, município localizado no Norte do Paraná, possui 283.740 mil habitantes e uma área de 2.119km<sup>2</sup>, divididos em sete distritos e patrimônios. (Censo de 1975)

Devido à sua localização e em função das facilidades de comunicações, Londrina influencia e polariza toda uma região.

No aspecto educacional, destaca-se por oferecer cursos nos três graus de ensino, além de cursos de habilitação profissional como os do: SENAI, SESC, SENAC.

O comércio e a prestação de serviços são setores que também caracterizam esta cidade. Organizações nacionais têm aqui sedes ou filiais e o comércio é responsável por 55% da renda municipal. Há em Londrina 32 estabelecimentos bancários e comparando-se o movimento de cheques compensados com outras cidades do Sul e Sudeste do país, verifica-se que Londrina é o mais importante centro do interior brasileiro, sendo superada, neste aspecto, por Campinas e Santos, que os geógrafos não consideram interior, por estarem inseridas dentro do processo econômico da capital paulista.

A agricultura, atividade fundamental na formação econômica de Londrina, é, ainda, responsável por 13% da renda municipal.

O processo de industrialização, acentuado a partir de 1960, responde atualmente por 32% da renda do município (dados obtidos da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Londrina).

### III – ALGUNS QUADROS FUNDAMENTAIS DO TEMA

Antes da preparação de discussão da situação do ensino profissionalizante de Londrina, objeto da pesquisa, foram abordados alguns dados históricos da Educação Brasileira, com a finalidade de enquadrar a investigação nos principais fatos relativos a mudanças educacionais.

Consideram, os autores, que as Reformas Educacionais Brasileiras derivam de mudanças sociais, econômicas e políticas, mas que as mesmas não atingiram plenamente seus objetivos, porque não receberam em sua implantação o tratamento devido. Por outro lado, as duas mais importantes reformas ocorreram quando o progresso sócio-econômico (Lei 4.024/61) e mais tarde o tecnológico (Lei 5.692/71) já haviam avançado uma década.

Tanto em 1961 como em 1971, muitos educadores se pronunciaram quanto ao atraso educacional, tomando-se como termo de comparação o desenvolvimento social. Lauro de Oliveira Lima, (Mutações em Educação Segundo MacLuhan) e, ainda, Álvaro Valle, que tendo auxiliado na implantação da Lei 5.692/71, no entanto, pouco depois, apresentou um projeto de Lei para reformular a nova Legislação.

Com a Lei 5.692 de 11/08/1971, abriram-se novas e grandes perspectivas para a nossa educação. No entanto, não se pode esperar que as deficiências sejam eliminadas tão rapidamente como que por "um passe de mágica", nem mesmo que o interesse e a divulgação dessa nova Reforma viessem sanar todas as lacunas existentes nas áreas educacionais do país. Sabe-se que não é só com o nome "REFORMA" que se reestrutura um sistema educacional, fruto da tradição de gerações.

As transformações educacionais são determinadas mais pela realidade sócio-econômica do que pela intenção de reformar a Educação.

Considere-se que o Brasil, nos últimos anos, tem envidado esforços para preencher a lacuna que existe entre o desenvolvimento social e a Educação. Mas ainda será necessário u'a maior conscientização, em termos de análise qualitativa do povo brasileiro, em sua realidade, filosofia de vida e estrutura social, para que, através da Educação, possamos, realmente, nos tornar um país desenvolvido.

### IV – RETROSPECTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Nesta fase do trabalho, os autores fazem uma análise da Educação Brasileira, desde 1824 até

1971, dando ênfase às diferentes reformas educacionais pelas quais passou o Sistema Educacional Brasileiro.

No que se refere a 1971 (Lei 5.692/71) os autores deram especial relevância aos problemas relativos ao Ensino Profissionalizante, ao Serviço de Orientação Educacional e à Metodologia Didática utilizada pelos professores.

### V – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As atividades exploratórias iniciais, que consistiam mais em sondagens e em colocações adequadas do problema a ser estudado, levaram cerca de três meses.

Embora o pensamento primeiro tenha sido trabalhar com amostras de todos os cursos profissionalizantes de Londrina, este procedimento se apresentou como de difícil execução, em virtude dos próprios objetivos do trabalho.

Para o primeiro levantamento foi efetuada a coleta de dados na 18ª. Inspeção Regional de Ensino de Londrina, cujos dados foram complementados com visitas às secretarias dos estabelecimentos de 2º. grau de Londrina.

Após o levantamento global, efetuou-se a distribuição dos alunos em 4 (quatro) áreas do conhecimento humano, a saber:

- Ciências Biológicas
- Ciências Físicas
- Ciências Contábeis e Cálculos
- Comunicação e Artes.

Tomou-se o cuidado de discriminá-las de acordo com cursos e escolas, identificando o tipo de Entidade Mantenedora dos referidos Estabelecimentos.

O Ensino Profissionalizante tem seu caráter de terminalidade e continuidade (Lei nº. 5692/71). Logo, para fundamentar essa divisão em quatro áreas do conhecimento humano, que atenderia de uma maneira global aos objetivos do trabalho proposto, levou-se em consideração a profissionalização em termos de continuidade, supondo-se que o aluno de 2º. grau irá escolher, para continuidade de seus estudos, uma das áreas afins no 3º. (terceiro grau).

Sendo um dos objetivos do trabalho verificar o comportamento de entrada dos alunos nos cursos profissionalizantes de Londrina, os autores se viram na contingência de efetuar uma seleção de cursos, escolas e turmas que ofertassem 1ºs. e 3ºs. anos.

A intenção inicial era também abordar os cursos do IPOLON (Instituto Politécnico de Lon-

drina), pois o mesmo denota possuir uma estrutura marcadamente voltada para a profissionalização, e era o único estabelecimento a oferecer cursos na área de Ciências Físicas. No entanto, a referida escola encontrava-se em fase de reestruturação de cursos, possuindo alguns com turmas somente de 2ª. e 3ª. séries e outros com turmas apenas de 1ª. série, não possibilitando, assim, uma análise em função do objetivo acima citado, ocasionando, portanto, a sua exclusão.

Conseqüentemente, restaram três áreas a ser trabalhadas:

- Ciências Biológicas
- Ciências Contábeis e Cálculos
- Comunicação e Artes.

Em seguida, foi efetuado um levantamento dos alunos de 1ªs e 3ªs séries, diurnas e noturnas, do 2º. Grau.

Após a distribuição dos alunos nas séries que interessariam aos objetivos da investigação, foi efetuada a seleção das turmas, levando-se em consideração as turmas de maior número de alunos, que passaram a fazer parte da amostra num primeiro estágio.

Conforme já foi mencionado, interessava na investigação observar o comportamento de entrada e saída, em relação à profissão escolhida pelos alunos de 2º. Grau, identificados por turmas, bem como a distinção dos alunos das Escolas Estaduais e Particulares, porque se pressupunha que os indicadores acima ocasionariam diferenças de clientela, que poderiam influir na análise dos resultados a serem obtidos.

Após os levantamentos preliminares, verificou-se que havia escolas sem alunos matriculados na 1ª. e, às vezes, nas 3ªs. séries do 2º. grau e, em conseqüência, optou-se pela escolha de escolas com alunos matriculados nas primeiras e terceiras séries dos cursos diurnos e noturnos.

No entanto, para a área de Comunicação e Artes, o procedimento acima não corresponderia e não completaria a seleção das amostras, por não haver cursos correspondentes em escolas Particulares e Oficiais, em turnos diurnos e noturnos.

Desta maneira, optou-se pela seleção dos cursos de:

— Magistério, do Instituto Estadual de Educação de Londrina,

— Desenho de Arquitetura, do Colégio Marista de Londrina, ambos do turno diurno e de estabelecimentos Oficiais e Particulares respectivamente. O Colégio Vicente Rijo, com o curso de Redator Auxiliar, atenderia aos critérios de seleção da amostra; no entanto, a sua exclusão se deveu ao fato de ser o único estabelecimento profissionalizan-

te de Londrina com alunos matriculados nas 1ª. e 3ªs séries dos dois turnos, do referido curso, não havendo correspondente em escolas particulares.

Diante do exposto, optou-se por realizar a pesquisa em três estabelecimentos Particulares e em três Estabelecimentos da Rede Oficial, através da técnica de amostragem que compreendeu Estádios Múltiplos, para facilitar e qualificar melhor a Amostra, bem como facilitar o encaminhamento dos trabalhos.

A amostra citada corresponde a 8% do total de alunos matriculados nos estabelecimentos de Ensino Profissionalizante de Londrina, sendo que representam 15,75% de Estabelecimentos Oficiais e 33,35% de Estabelecimentos Particulares, dos alunos matriculados nas 1ªs. e 3ªs. séries do 2º. Grau.

Para a coleta de dados foram utilizados as técnicas de entrevistas e questionários.

As entrevistas foram realizadas junto aos Diretores, Secretários e Professores das Escolas de 2º. Grau de Londrina, que fizeram parte da amostra.

Na preparação do questionário foi formulado um esboço preliminar, a fim de assegurar uma crítica a respeito de sua composição e conteúdo.

Ao revisar as respostas dos questionários referentes ao teste, os itens, considerados ambíguos e que geraram uma certa confusão, foram substituídos por outros termos e, às vezes, por novas questões. Ainda, considerou-se que certas questões revelaram-se incompletas, o que levou à sua reformulação.

O teste do primeiro questionário foi aplicado em 25 (vinte e cinco) alunos de um estabelecimento oficial, cuja turma não fez parte da amostra final.

Em suma, a análise do presente trabalho se fundamenta nos questionários aplicados aos alunos do 2º. grau de Londrina e em entrevistas realizadas junto aos professores de diferentes áreas de ensino profissionalizante dos estabelecimentos oficiais e particulares, num total de 42 professores.

Conforme já foi mencionado, a pesquisa foi levada a efeito, tendo em mente vários objetivos, sendo o primordial verificar o comportamento de entrada e saída dos alunos dos cursos profissionalizantes de Londrina, a nível de 2º. grau.

O trabalho foi realizado com alunos das 1ªs. e 3ªs. séries de diferentes classes sociais e econômicas, tendo em vista que foi levado a efeito em escolas particulares e da rede oficial. Pretendeu-se verificar de que forma os alunos encaravam os seus cursos, observando-se que a escolha tenha sido feita em função da atual conjuntura legal, Lei 5692/71. Assim, procurou-se verificar, através dos

questionários entregues aos alunos e entrevistas feitas com os professores, de que forma a atual legislação é encarada por todos os que estão envolvidos no processo ensino-aprendizagem, vigente em Londrina.

Com a finalidade de ordenar as discussões referentes aos resultados obtidos, através dos questionários entregues aos alunos, na pesquisa empírica, fez-se um agrupamento dos dados concernentes à:

- Orientação Educacional quanto aos níveis, tipos e influências;
- Graus de satisfação dos alunos matriculados nos cursos profissionalizantes de Londrina;
- A metodologia utilizada nas escolas de 2º. grau de Londrina;
- O que o aluno entende como profissão;
- O que o aluno espera em termos de mercado de trabalho.

Ainda, no que se refere aos dados coletados, considerou-se a conveniência de se manipular as colocações ventiladas pelos professores e diretores, nas entrevistas efetuadas, que foram de grande valia para o trabalho, por revelarem o ponto de vista dos responsáveis imediatos, pelos alunos dos cursos profissionalizantes de Londrina.

## VI — CONCLUSÕES

No decorrer do trabalho de pesquisa, procurou-se expor, no final de cada capítulo, os principais resultados do trabalho que estava sendo desenvolvido, bem como da análise dos dados coletados.

Cabe aqui discutir de maneira sintetizada as principais conclusões a que se chegou, na análise da situação dos cursos profissionalizantes de Londrina e que podem ser agrupados em três itens resultantes das hipóteses que nortearam o trabalho:

— Os cursos profissionalizantes de Londrina não estão bem estruturados, ocasionando falhas educacionais.

— Os alunos não estão conscientizados do teor do seu curso e não estão bem orientados quanto à sua futura profissão.

— A metodologia utilizada tem sido inadequada e os professores, em sua maioria, não estão habilitados para ministrar aulas nas áreas profissionalizantes dos diferentes cursos.

Por tratar, o trabalho, de uma contribuição ao estudo dos Cursos Profissionalizantes de Londrina, seria pretensão dos autores efetuar conclusões cabais sobre esses cursos. No entanto, não se poderia deixar de apresentar algumas constatações e contribuições, com o intuito de oferecer à

comunidade uma análise da situação em 1977, especialmente do ponto de vista dos alunos e professores dos Cursos de 2º. grau, que eram os maiores envolvidos e interessados nesse processo.

As constatações efetuadas no trabalho ofereceram uma visão da realidade Londrinense: micro-região privilegiada em relação à sua posição geográfica e sócio-econômica; micro-região de grande desenvolvimento cultural, industrial e comercial; micro-região de população variada, pois aqui estão representadas todas as raças e todas as demais regiões brasileiras. Cidade que presta serviços, inclusive, educacionais a toda uma região polarizada por ela.

Tais constatações permitiram transferir a situação de Londrina para uma amplitude maior (região, estado e país) e inferir, obviamente guardadas as devidas proporções, que os resultados podem ser extrapolados para outras regiões brasileiras, sobretudo o Centro, Sul e Sudeste do País, que apresentam características análogas.

Pelos estudos e análises apresentadas, os autores da pesquisa empírica puderam efetuar algumas colocações que, embora não sejam conclusões em torno do tema, foram frutos do trabalho, verificações, opiniões dos alunos e professores do ensino de 2º. grau de Londrina.

Não restou dúvida que o ensino de 2º. grau, em termos profissionalizantes, necessitava de urgente reformulação em sua estrutura.

Pelos resultados, pôde-se afirmar que os alunos não estavam satisfeitos com os cursos que freqüentavam, sendo que muitas vezes chegaram a ser taxativos, dizendo que a estrutura precisava mudar, pois o que eles estavam recebendo não era cultura geral, nem profissionalização. Queixaram-se do currículo, da carga horária deficiente, da falta de habilitação dos professores e, principalmente, da falta de base que os cursos lhes proporcionavam.

Baseados, pois, nos dados coletados, através dos questionários aos alunos e entrevistas com os professores, os autores do trabalho acreditam, ainda hoje, que os cursos profissionalizantes em Londrina não estão realmente estruturados para atender aos ditames e à filosofia da Lei 5692/71. As escolas são falhas em sua estrutura física, ministrando cursos, como por exemplo "Laboratórios Médicos", sem que exista na escola um laboratório de química, física ou biologia, bem equipado. Ainda, o mesmo ocorre com o curso de "Desenho de Arquitetura", funcionando em bases precárias, sem uma sala especial, ou mesas especiais para o referido aprendizado. Não se limitam apenas a isso as restrições, quanto à estrutura física; poder-se-ia citar inúmeras deficiências. As poucas escolas, que

possuem ambientes adequados aos seus cursos, "pecam" em termos de quantidade. O número de alunos é sempre tão superior ao condizente para a frequência a um laboratório, onde professores praticamente *fazem* as experiências e o aluno apenas *observa*, quando deveria ser ao contrário, uma vez que a Pedagogia moderna e a própria característica do curso exige que o aluno *manipule* os instrumentos de seu futuro trabalho.

Conclui-se, pois, que o estudante Londrinense termina o curso de 2º. grau sem uma real habilitação para o trabalho. Com um mercado instável para aproveitar a mão-de-obra (se qualificada, o que ainda se discute) e, o mais importante, sem uma consciência definida do que é e o que será num futuro próximo ou remoto.

Álvaro Valle (1975 p. 18) faz uma colocação, que se considera importante e uma pergunta, que deveria ser respondida pelos responsáveis atuantes no sistema educacional brasileiro.

*"Só um país do mundo fez a experiência brasileira: a Tchecoslováquia. Mas este experimento, autorizado pela reforma de 1953 e posto em prática alguns anos depois, falhou e foi abolido pelas autoridades de ensino, ainda na década de sessenta. Eis o que diz o Ministro da Educação daquele país em relatório à UNESCO: "no fim do decênio, em 1959/60, tentou-se ver se as escolas de 2º. grau poderiam preparar alunos para a Universidade e ao mesmo tempo para empregos qualificados. A tentativa fracassou completamente e foi rapidamente abandonada". Aliás, a reforma de 1953, muito semelhante à brasileira, previa 8 anos de 1º. grau e três ou quatro no 2º., esperando que todos completassem os dois ciclos. Tal esperança foi depois considerada um evidente "excesso de otimismo", e, em 1960, criou-se uma escola de 1º. grau de nove anos com preocupação de terminalidade, reservando-se o 2º. grau para aqueles que demonstrassem capacidade de continuar os estudos".*

Será que as diretrizes educacionais brasileiras não necessitam, também, de uma reformulação, ou, pelo menos, de uma mudança de atitudes em face ao 2º. Grau?

Álvaro Valle, pergunta:

*"O nosso caminho parece bastante claro. Por que insistir em uma solução que falhou onde foi aplicada, e que não tem apoio em nenhum sistema educacional de qualquer país?"*

Outro item que merece a apreciação é o Serviço de Orientação Educacional, que será o veículo de onde emanarão oportunidades de treinamen-

to para escolhas conscientes.

Sentiu-se que o aluno opta pelo curso de 2º. grau, sem um embasamento profissional, o que o leva a desgostar quase imediatamente do seu aprendizado.

Se o trabalho do Serviço de Orientação Educacional fosse efetuado seriamente, com o apoio da administração da escola e dos poderes públicos, crêem, os autores, que o ingresso do aluno no 2º. grau seria feito com maior segurança e facilidade, tanto por parte do aluno como da própria escola.

No entanto, a importância desse trabalho de orientação irá se situar no ensino de 1º. grau, através de sondagem de aptidões (Parecer 339) efetuada por professores das três áreas de ensino, sob a coordenação do Orientador Educacional que deverá ser um elemento "capacitado", "habilitado" e "humano".

O problema do trabalho ou da profissão é um dos mais cruciantes para o adolescente. O imenso campo de oportunidade criado pelo avanço da ciência e da tecnologia requer do adolescente uma opção difícil de ser feita com segurança.

Oswaldo de Barros Santos (1971, p. 11) afirma:

*"A rápida evolução das técnicas de trabalho cria problemas sérios de escolha de profissão, de ensino, de treinamento e de exercício profissional".*

Assim, estudando o problema, verifica-se que é realmente imprescindível o Serviço de Orientação Educacional. No primeiro grau, para assegurar, com uma margem pequena de fracasso, uma opção acertada no 2º. grau, e, exercida conscientemente no 2º. grau, para assegurar um bom profissional de nível médio ou a passagem do aluno para o curso superior.

Apesar do Serviço de Orientação Educacional estar já sedimentado em seu aspecto legal, profissional e até mesmo nas escolas, a pesquisa demonstrou que, pelo menos, até fins de 1976 e anos anteriores, o trabalho de orientador educacional foi ineficiente e mesmo raro para os alunos pesquisados, o que ocorre ainda hoje.

Esse dado seria um alerta, se a opinião dos autores chegasse a ser ouvida pelas autoridades competentes, a fim de que a Orientação Educacional se fixasse nas escolas de Londrina.

No que diz respeito à metodologia utilizada pelos professores no ensino de 2º. grau, constatou-se que embora não conscientes (pois não são "experts" em didática), os alunos apontam falhas e não sabem realmente como são dadas as aulas. Quanto aos professores, o enfoque que deram em termos de métodos e técnicas é muito pobre, ten-

do em vista o conteúdo a ser ministrado.

Note-se, por exemplo, que uma das questões feitas aos alunos não pôde ser analisada, pois os mesmos desconheciam os passos para um método de laboratório e isso ocorreu com alunos da área de Ciências Biológicas.

Um dado bastante significativo, que vem corroborar a opinião aqui expressa, foi coletado durante as entrevistas com os professores: foi claro, que a grande maioria utiliza a técnica expositiva e de estudo dirigido, o que, na opinião dos autores, é um trabalho muito restrito em termos didáticos, por tratar-se de cursos profissionalizantes.

No entanto, pôde-se afirmar que esses professores estão conscientes das falhas do ensino de 2º. grau, o que se observa pelos depoimentos descritos no capítulo anterior.

Gostariam os autores de inquirir: estarão esses professores esperando apenas uma ajuda, por parte da administração educacional, para envidar esforços, a fim de melhorar o nível do nosso aluno?

Acredita-se que sim!

Observa-se, também, que a grande maioria de professores não tem habilitação específica, o que foi constatado nos dados coletados dos alunos e dos próprios professores, em 1976.

Não poderiam as escolas superiores de Londrina prover sua população de mestres, de cursos específicos, que os preparassem devidamente para esse mister?

São estas questões e colocações que se espera ver respondidas e resolvidas, a fim de que o processo ensino-aprendizagem se efetue realmente e que uma solução seja dada a esse verdadeiro "impasse" em que se colocou a educação de 2º. grau de Londrina e, por extensão, a Educação Brasileira.

## BIBLIOGRAFIA

- 1 – AGUAYO, A.M. *Didática da Escola Nova*. ed. rev., São Paulo, Ed. Nacional, 1941.
- 2 – AGUIAR, J.M.D. *Pareceres Básicos – Reforma e Ensino I/II Graus*. Belo Horizonte, Ed. MAI S/A, 1975.
- 3 – ALMEIDA, Paulo Nunes De. *O Ensino Globalizante em Dinâmica de Grupo*. São Paulo, Saraiva, 1973.
- 4 – ANTUNES, Celso. *Técnicas Pedagógicas de Dinâmica de Grupo*. São Paulo, Ed. do Brasil, 1970.
- 5 – ANTUNHA, Eladio C.G. *Ensino Secundário Brasileiro: Um século de reformas* – artigo. São Paulo, O Estado de São Paulo (26/06/77) p. 5 – Suplemento Cultural, 1977.
- 6 – AZEVEDO, M.A.G. *Orientação Educacional na Escola Média*. Apostila nº. 10 do C.R.P.E.
- 7 – BLOOM, Benjamin S. *Taxionomia de Objetivos Educacionais*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1972.
- 8 – BONILHA, J.F.M. *Organização Social e Educação Escolarizada Numa Comunidade de Imigrantes Italianos*. Monografia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1970.
- 9 – BRASIL, Leis, Decretos, etc. *Lei nº. 5.962 de 11/08/71*. Brasília, 1971.
- 10 – BRASIL, Leis, Decretos, etc. *Reorganização das Escolas de 1º. e 2º. Graus da Rede Estadual de Ensino*. Curitiba, SEEC, 1974.
- 11 – BRASIL, Leis, Decretos, etc. *Pareceres do C.F.E., C.E.E.* Brasília/Curitiba, 1972 a 1976.
- 12 – BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. *Avaliação do Currículo e da Aprendizagem*. Brasília, 1973. (Série Ensino Fundamental, nº. 11).
- 13 – BREJON, Moyses. *Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º. e 2º. Graus*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1973.
- 14 – CADERNO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL, MEC – 1970 – nº. 1.
- 15 – DUARTE, Sergio Guerra. *A Reforma do Ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. Linceu, 1976.
- 16 – GAGNÉ, Robert M. *Como se Realiza a Aprendizagem*. Trad. Therezinha Maria Ramos Tovar. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora S/A, 1974.
- 17 – GLASSER, William. *Escolas sem Fracassos*. Trad. Octávio Mendes Cejado. São Paulo, Ed. Cultrix, 1972.
- 18 – MARQUES, Juracy C. *Ensinar não é Transmitir*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1971.
- 19 – MARQUES, Juracy C. *A Aula como Processo*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1971.
- 20 – MEAD, Margaret. *Education y Cultura*. Buenos Aires, Editorial Paidós, 1972.
- 21 – NUNES, Mario Ritter. *Noções Práticas de Estatística*. 2. ed. Rio de Janeiro, I.B.G.E., 1973.
- 22 – PIMENTEL, M.G. & Sigrist. *Orientação Educacional – Fundamentos e Prática do Ensino Vocacional*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1971.

- 23 – PINTO, M. da F. *Um aspecto da Qualificação Profissional do Docente Primário*. (Análise comparativa de duas experiências), Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1968.
- 24 – RUMMEL, Francis D. *Introdução aos Procedimentos de Pesquisa em Educação*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1972.
- 25 – SHEEFFER, Ruth. *Aconselhamento Psicológico*. Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1973.
- 26 – TORBERT, Willian. *Aprendendo pela Experiência*. Trad. Eloysa de Lima Dantas. São Paulo, Melhoramentos, Ed. USP, 1975.
- 27 – TURRA, Glodia M.G. et alli. *Planejamento de Ensino e Avaliação*. Porto Alegre, PUC – EMMA, 1975.
- 28 – VIEIRA, F.I.S. *O Japonês na frente de expansão paulista: o processo de absorção do japonês em Marília*. São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.
- 29 – WEREBE, Maria J.G. *Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil*. 4. ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970.
- 30 – GOOD & HATT. *Métodos em Pesquisa Social*. 4. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1970.
- 31 – GORDON, George N. *Televisão Educativa*. Rio de Janeiro, Edições Bloch, 1967.
- 32 – HENZ, Hubert. *Manual de Pedagogia Sistemática*. São Paulo, Ed. Herder, 1970.
- 33 – HAPPOCK, R. *Occupational Information*. New York, MacGraw Hill Book Co., 1957.
- 34 – HULL, C.L. *A Behavior System*. New Haven, Yale University Press, 1952.
- 35 – LIMA, Lauro de O. *Escola Secundária Moderna*. Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1970.
- 36 – MANN, Peter H. *Métodos de Investigação Sociológica*. 2. ed. Trad. Octávio Alves Velho, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.
- 37 – McLUHAN, Marshall. *Mutações em Educação*. São Paulo, Ed. Cultrix, 1970.
- 38 – MARQUES, Juracy C. *A Aula Como Processo*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1971.
- 39 – MARQUES, Juracy C. *Ensinar não é Transmitir*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1971.
- 40 – MEDNICK, Sarnoff A. *Aprendizagem*. Trad. Álvaro Cabral, 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.
- 41 – NEVES, Ilka e Ogair Siqueira. *Dinâmica de Orientação Educacional*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1973.
- 42 – NISKIER, Arnaldo. *A Nova Escola*. Rio de Janeiro, Ed. Bruguerra, 1972.